

— APOSTILA DO MÓDULO 6 - PARTE II

Introdução à surdez e a Libras no contexto da saúde

**Curso de Acessibilidade e os Princípios do SUS:
Formação Básica para Trabalhadores da Saúde**

Parte II

Margareth Prevot da Silva ; Aline da Silva Alves ; Tatiane Militão de Sá



Acessibilidade e os princípios do SUS

2019 Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Valéria Machado da Costa

EQUIPE DO PROJETO

Aline da Silva Alves

Carolina Sacramento

Luciana Danielli de Araujo

Margareth Prevot da Silva

Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva

PRODUÇÃO

Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade do Icict/Fiocruz

CONTEUDISTAS

Aline da Silva Alves

Margareth Prevot da Silva

Tatiane Militão de Sá

DESIGN E IDENTIDADE VISUAL

Luciana Baptista

REVISÃO TEXTUAL

Deisilane Oliveira da Silva

NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Luciana Danielli de Araujo

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – CTIC

Tels.: (21) 3865-3273 – 3865-3271

LICENÇA PARA USO



Todo conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalvas, é publicado sob a licença Creative Commons atribuição 4.0

Ficha Catalográfica

S586i

Silva, Margareth Prevot da.

Introdução à surdez e a libras no contexto da saúde. Parte II. Módulo 6 / Margareth Prevot da Silva ; Aline da Silva Alves ; Tatiane Militão de Sá ; coordenação de Valéria Machado da Costa. – Rio de Janeiro : Fiocruz/Icict, 2019.

10 p. : il. color.

1. SUS. 2. Acessibilidade. 3. Formação de Recursos Humanos em Saúde. 4. Direito à Saúde. 5. Introdução à libras. I. Alves, Aline da Silva. II. Sá, Tatiane Militão de. III. Título.

CDD 305.614

Sumário

1 O DIREITO À SAÚDE DA PESSOA SURDA	4
2 OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE DA PESSOA SURDA	6
– 2.1 ATENDIMENTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE (MÉDICOS E ENFERMEIROS)	7
– 2.2 CAMPANHAS DE SAÚDE DO GOVERNO	10
– 2.3 SINALIZAÇÕES E ORIENTAÇÕES DENTRO NAS UNIDADES DE SAÚDE	11
REFERÊNCIAS	

01 O direito à saúde da pessoa surda

Vimos no módulo anterior que as pessoas surdas possuem sua cultura, com aspectos linguísticos, modo de viver e apreender valores, comportamentos, tradições sociais e interativas próprias (FELIPE, MONTEIRO, 2007).

No Brasil, há aproximadamente 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, representando 5,1% da população (IBGE, 2000), que lutam para ter seus direitos de cidadania respeitados e serem incluídas nos diferentes contextos de nossa sociedade. Um dos primeiros itens para que esta inclusão ocorra é a garantia do direito das pessoas com deficiência em nossa legislação.

O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, discorre, no capítulo VII, sobre garantia do direito à saúde das pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, estabelecendo que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde, devem garantir atendimento e tratamento adequado à comunidade surda (BRASIL, 2005).

Um outro ponto a ser levado em consideração, é a necessidade de que a oferta da disciplina de Libras nos cursos de formação de profissionais de saúde seja obrigatória, pois hoje, nas universidades do país esta oferta é opcional. Esta disciplina só é obrigatória nos cursos de licenciaturas e de fonoaudiologia (BRASIL, 2005).

Dessa forma, ressaltamos a importância da formação dos profissionais da saúde em cursos específicos, bem como a oferta da disciplina Libras nos cursos de licenciaturas para enfermeiros.

Para que os **surdos** tenham **atendimento** efetivo em

saúde, é preciso garantir a preservação dos princípios básicos do SUS de: universalidade, integralidade e equidade com **capacitação específica de profissionais**.

Assim, como qualquer outra pessoa, o paciente surdo necessita e tem o direito de receber atendimento, com o mínimo de dignidade e respeito (SÁ et al., 2017), conforme os princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade previstos pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2000).

02 Os desafios no atendimento em saúde da pessoa surda

Embora o Brasil possua leis que orientem sobre a obrigatoriedade no atendimento e tratamento adequados à pessoa surda, o fato é que a acessibilidade destas pessoas, bem como de pessoas com outros tipos de deficiência, aos serviços básicos de saúde no Brasil ainda é precária. E o surdo tem maior dificuldade de interação e impedimentos de comunicação nos serviços de atendimentos de saúde, pela escassez de profissionais que conheçam e usem a Libras (SÁ et al., 2017).

No atendimento de serviços de saúde, pessoas com deficiência auditiva costumam expor dificuldades que os excluem do direito ao acesso à saúde. Algumas barreiras, nesses atendimentos, apontadas pela comunidade surda, são (CHAVEIRO, 2005 apud SOARES, 2014):

- o não domínio da língua portuguesa escrita por parte da comunidade surda;
- a falta da presença do intérprete de Libras, valorizada em alguns momentos e invasiva em outros;
- a escassez de profissionais de saúde capacitados em Libras para atendimento e comunicação direta com os surdos.

A discussão dessas barreiras ultrapassa a simples questão de presença/ausência de obstáculos no acesso aos serviços de saúde, e abrange um tema mais amplo e bastante importante em saúde pública: a equidade em saúde (DANTAS et al., 2014).

O vídeo a seguir ilustra algumas destas barreiras.

Vídeo 1 – [Surda no Hospital](#)



Fonte: Deaf Access (EMIL, 2017¹)

2.1 Atendimento por profissionais de saúde (médicos e enfermeiros)

Diversas pesquisas nacionais e internacionais (FOLKINS, 2005; MEADOR, ZAZOVE, 2005; CHAVEIRO, 2010; SANTOS, 2015) apontam que a comunicação entre surdos e profissionais de saúde que desconhecem a Língua de Sinais, resultam, na maioria das vezes, em consequências negativas no atendimento a essa população, gerando angústia por parte dos profissionais de saúde e incompreensão dos questionamentos ou orientações recebidas pelos pacientes surdos.

Essas falhas na comunicação acontecem desde o atendimento inicial pela atendente do ambulatório, passando pela triagem na enfermaria, no contato com o médico e na realização de exames (CHAVEIRO, 2010; BARNETT, FRANKS, 2002; DAVIES, CHANNON, 2004).

As barreiras de comunicação entre o profissional de saúde e o paciente surdo durante o atendimento são um desafio para ambos e reforçam a máxima que:

A comunicação é uma importante ferramenta para os profissionais da saúde no diagnóstico e no tratamento, pois fazem parte deles instruções verbais de variados procedimentos, cujo resultado pode ser comprometido pela não compreensão das partes envolvidas (CHAVEIRO, BARBOSA, PORTO, 2008, p.3).

O depoimento a seguir ilustra bem o resultado desta dificuldade de comunicação entre médico e paciente surdo.

Já aconteceu uma vez quando fiz exame de sangue; naquele dia eu estava com anemia profunda e o médico me disse que tinha muita hemorragia. Eu não sabia o que significava e perguntei o que era. Ele

1 Versão traduzida com legenda para Youtube.

me disse de novo a mesma coisa; que tenho muita hemorragia. Pensava que hemorragia era problema de ânus. Então sugiro que ele explique o significado. Podia ter simplificado 'hemorragia', como perda de muito sangue. Precisa comparar com alguma coisa; dar muito exemplo para eu poder entender bem. (COSTA et al., 2009, p.168).

Santos (2015) realizou uma pesquisa com 21 profissionais de saúde, dezessete estudantes e oito usuários surdos, com objetivo de identificar as percepções destes profissionais e estudantes frente ao atendimento de pacientes surdos e as necessidades em relação à assistência à saúde dos usuários surdos. Os resultados apontam que os problemas na comunicação resultam em consequências negativas no atendimento ao usuário surdo. Pode-se observar que todos os profissionais de saúde entrevistados encontraram dificuldades no atendimento de pessoas surdas, informando que não se sentem capazes de atender tais pacientes, conforme constatado na seguinte declaração:

Muito difícil atender paciente surdo, não consigo transmitir as informações necessárias para um bom atendimento. Eu não encontro a maneira correta de informar, realmente é difícil. A sensação é de insatisfação no atendimento, procuro indicar objetos, fazer expressões, mas sabendo que é insuficiente (SANTOS, 2015 p.25).

Outra questão delicada que foi identificada, é quando o paciente surdo procura por assistência acompanhado de uma pessoa para realizar a mediação na comunicação com os profissionais de saúde. Conforme destacado por Santos (2015, p. 25):

[...] é muito complicado, uma vez atendi uma gestante acompanhada de uma criança que fazia o papel de intérprete, não tive como fazer uma investigação adequada por se tratar de uma criança intermediando a conversa.

Como forma de reduzir estas barreiras, os profissionais de saúde utilizam alguns recursos. O Quadro 2 apresenta alguns destes recursos, suas limitações e o relato de pacientes que mostram que estes recursos não os atendem completamente.

Quadro 2 - Recursos e limitações

Recursos	Limitação	Relato
Uso da língua portuguesa escrita como forma de comunicação	Grande parte dos surdos possuem dificuldade no aprendizado da língua portuguesa, tornando esse modo de comunicação ineficiente.	Relato de uma pessoa surda: "O médico escreve a hora que tem que tomar remédio, isso é fácil. Difícil é entender as explicações da doença e para que serve o remédio" (CHAVEIRO, PORTO, BARBOSA, 2009, p. 149).

Recursos	Limitação	Relato
<p>Interlocutor oralizado e conhecedor da Libras, que pode ser um intérprete de Libras ou um acompanhante familiar ou amigo.</p>	<p>O interlocutor irá auxiliar na comunicação paciente-médico, mas poderá comprometer a preservação de informações íntimas e sigilosas do paciente, principalmente em áreas onde a comunicação expõe a intimidade do paciente, como acontece nos atendimentos de ginecologia, urologia, proctologia e de saúde mental. Ou mesmo a presença do interlocutor intimidar o paciente levando-o a omitir informações importantes para o diagnóstico. Ficando o direito à preservação da privacidade, confidencialidade e intimidade do paciente comprometidos com a presença de um terceiro agente na comunicação paciente-médico.</p>	<p>Relato de um acompanhante familiar: “O médico disse que eu podia ir sozinha e escreveria tudo, mas eu não sei português profundamente, só eu sei coisas simples, além disso, ele como profissional usa palavras técnicas da saúde sobre o corpo que eu não conheço”. (OLIVEIRA, CELINO, COSTA, 2015, p. 312).</p>
<p>Centrais de Interpretação da Libras</p>	<p>As Centrais de Libras oferecem o serviço de um intérprete mediante pré agendamento, mas ainda são poucas. Esta tabela apresenta a Relação das cidades onde há Centrais de Interpretação da Libras. Destaca-se que a presença de intérpretes durante as consultas minimiza as barreiras de comunicação, no entanto, os surdos temem que as informações da consulta sejam divulgadas à comunidade surda.</p>	<p>“Os surdos valorizam a presença do intérprete, mas com algumas ressalvas: desconfiança, constrangimento de se expor frente ao intérprete, sentimento de piedade e dificuldade de encontrar intérpretes disponíveis” (CHAVEIRO, BARBOSA, PORTO, 2008, p.4).</p>

Fonte: elaborado pelas autoras

Estas e outras evidências demonstram que o atendimento ao usuário surdo pelos profissionais de saúde, que não sabem a Libras, compromete a assistência prestada, podendo prejudicar o diagnóstico e o tratamento.

Deste modo, defendemos neste curso a necessidade de profissionais de saúde conhecerem as especificidades das pessoas surdas, visando orientá-las sobre como cuidar de si próprios.

O conhecimento da Libras, pelo profissional de saúde, é o melhor caminho para o atendimento de qualidade, personalizado e humanizado à pessoa surda.

Além destes desafios na comunicação entre profissionais de saúde e o público surdo, há outras questões a serem consideradas para melhoria no atendimento a este público, tais como: campanhas de saúde do governo, sinalizações e orientações dentro das unidades de saúde. Vejamos a seguir:

2.2 Campanhas de saúde do governo

As campanhas de saúde do governo, como por exemplo, as campanhas de prevenção à Zika, Febre amarela, HPV, AIDS, campanhas de vacinação, etc., nem sempre contêm material de divulgação apropriado à comunidade surda.

Conforme destacado por Oliveira (2012, p.26):

[...] foi questionado aos surdos sobre suas necessidades de saúde, e estes, por sua vez, expressaram grande necessidade por atividades educativas ou informativas sobre temas específicos de saúde, referentes a questões de saúde que são amplamente divulgadas pelo Ministério da Saúde através de campanhas tanto no âmbito federal, estadual quanto municipal, como o diabetes, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

Os materiais de campanha, tanto impressos quanto os que são distribuídos em vídeo, pela TV e/ou pela internet, precisam considerar que o surdo vive uma condição de idioma e cultura distintos dos ouvintes. E devem ser divulgados de forma adequada, que facilite o acesso pela comunidade surda às informações sobre as recomendações do governo relacionadas à promoção e prevenção de saúde (CAVALCANTE, 2015).

Em sua pesquisa, Cavalcante destaca que as siglas das doenças devem ser explicadas e repetidas, uma vez que o usuário de saúde que se comunica em Libras como primeira língua pode realizar associações equivocadas, por exemplo: HPV ser confundida com HIV” (CAVALCANTE, 2015).

2.3 Sinalizações e orientações dentro nas unidades de saúde

Aparentemente fora do contexto de atendimento em saúde, propriamente dito, as primeiras barreiras de acesso aos serviços de saúde, para a comunidade surda, começam na dificuldade de obter informações, realizar agendamentos de serviços de saúde e no entendimento das sinalizações e orientações do que são e onde ficam os setores e diferentes tipos de serviços prestados dentro das unidades de saúde (secretaria, emergência, consultórios, especialidades, aviso de acesso proibido, rotas de fuga, saídas de emergência, etc.) (COSTA, 2015).

Apesar de a escrita facilitar a comunicação com alguns pacientes surdos, ou com deficiência auditiva, a escrita é de pouca ajuda para os surdos pré-linguísticos, isto é, que ficaram surdos antes da aquisição da língua oral (SOARES, 2014), e que não tiveram acesso a uma educação bilíngue, sem o qual pouco conhecem do idioma português.

Desta forma, as sinalizações deveriam considerar as barreiras de comunicação entre a comunidade surda, que algumas vezes tem dificuldade de entender o português, e a sociedade, que em geral não compreende a Libras, o que torna difícil para o surdo obter informações e melhor se orientar dentro das unidades de saúde nas quais deseja uma prestação de serviço (COSTA, 2009).

E, com frequência, as unidades de saúde:

- Não possuem uma equipe de recepção que conheça a Libras. E, algumas vezes, a equipe sequer sabe o que é Libras.
- Não há Central telefônica adequada aos deficientes auditivos para que possam obter informações ou fazer marcação de consultas. Algumas centrais oferecem a marcação por internet e outras somente por telefone.
- Nem sempre há sistema eletrônico visual de “chamada” ao atendimento nas unidades de saúde, havendo somente chamada de voz.
- Poucas unidades de saúde disponibilizam intérprete de Libras no horário de atendimento (COSTA, 2009).

Reforçamos mais uma vez a necessidade de serviços de saúde serem planejados considerando a cultura do paciente surdo, evitando assim, situações como a seguir:

Eu fui outro dia ao consultório de audiometria e tinha uma sala de espera depois que eu já fui atendido, que eu estou esperando e tal. Fala: ‘Vai lá na outra sala e senta’. Como a sala era lateral, abria a porta e falava o nome das pessoas; aí entrou um. ‘Será que ainda não chamou meu nome? Aí quando no final eu percebi que eu fui o último, aí eu falei: ‘Eu sou F’. ‘Ah, eu tinha chamado...’ Quer dizer, a recepção não falou, não houve uma comunicação com o médico, ou deveria ter um sinal: ‘Olha, tem um deficiente auditivo. É melhor aparecer lá fora’, ou falar: ‘Quem é o F?’, na frente. Só que não houve uma comunicação do pessoal da recepção com o médico [COSTA, 2009. p.3].

Depoimentos

1. Vídeo com o depoimento da Regina Célia Almeida

Doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Mestre em Ciência da Saúde, Especialista em Educação de Surdos, Graduada em Biologia. Professora Titular de Biologia/Ciências do INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos, Coordenadora do NOSS- Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo.



2. Vídeo da Vanessa Miro Pinheiro

Especialista em Educação à Distância, Graduada em Letras –Libras e Arquitetura. Professora de Libras no INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos, Professora de educação em saúde no NOSS- Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo.



Referências

BARNETTS.;FRANKSP. Health care utilization and adults who are deaf: relationship with age at onset of deafness. **Health Serv. Res.**, v.37, n.1, p.105-120. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. 44p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 246, p. 28-30, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 12 jan. 2019.

CASTRO, S. S. et. al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.45, n.1, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0034-89102011000100011. Acesso em: 14 jan. 2019.

CAVALCANTE, N. W. F. **Compreensão de conteúdo multimídia na web por deficientes auditivos: um estudo de caso com campanhas de saúde**. 2015. 142f. Dissertação. (Mestrado em Informática) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Informática Aplicada, 2015.

CHAVEIRO, N. et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a Língua de Sinais, na perspectiva dos profissionais da saúde. **Cogitare Enferm.**, v.15, n.4, p.639-45, 2010.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C.C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CHAVEIRO, N.; PORTO, C. C.; BARBOSA, M. A. Relação do paciente surdo com o médico. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo, v. 75, n. 1, p. 147-150, fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992009000100023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2019.

COSTA, L.S.M. et al. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Rev. Bras. Clín. Méd.**, São Paulo, v.7, n.3, p.166-170. 2009.

COSTA, L. S. M. Inclusão no curso médico: atenção integral à saúde das pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2015.

DAVIES, M.; CHANNON, B. Deaf patients in the medical imaging department – a

qualitative study. **J. Diagnos. Radiography and Imaging**, v.5, n.2, p.99- 106. 2004.

EMIL, Rafael. **A surda no Hospital**. Legenda em português. Vídeo youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XcUhfcAM6zU&feature=youtu.be>
Acesso em: 12 jan. 2019.

FELIPE, T. A; MONTEIRO, M.. S. **Libras em contexto**: curso básico, livro do professor instrutor. Brasília, DF; São Paulo: MEC/Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos; SEESP, 2007.

FOLKINS, A. S. et al. Improving the Deaf community's access to prostate and testicular cancer information: a survey study. **BMC public health**, v.6, n.5, p.63. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: dados referentes à Deficiência. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/calendarioresul.php>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MEADOR, H.; ZAZOVE, P. Health care interactions with deaf culture. **J Am Board Fam Pract**. v.18, n. 3, p.218-222. 2005.

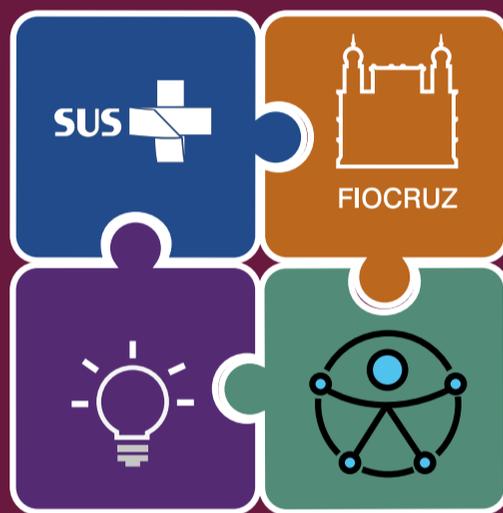
OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de. **Assistência à saúde**: perspectiva dos surdos. 2012. 105f. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2116/1/PDF%20-%20Yanik%20Carla%20Araujo%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

OLIVEIRA, Y. C. A.; CELINO, S. D. M.; COSTA, G. M. C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **PHYSIS**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p.307-320. 2015.

SÁ, T. M. et. al. Saúde e as novas tecnologias no ensino de Libras: A elaboração de um vídeo ilustrativo anamnese de enfermagem. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: produzindo conhecimento e integrando saberes, 1., 2017, Niterói, RJ. **Anais[...]**, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; 2017. Disponível em: https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/10_sa%C3%9Ade_coletiva_e_as_novas_tecnologias_no_ensino_de_libras_a_elabora%C3%87%C3%83o_de_um_v%C3%8Ddeo_ilustrativo_anamnese_de_enfermagem.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

SANTOS, P. R. A. **Percepção da equipe de saúde, discentes e usuários sobre a comunicação com indivíduos surdos na atenção primária**. 2015. 50f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOARES, L. A. de C. F. et. al. Análise das condições de acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva em unidades públicas de saúde do município de Manaus. **RAHIS**, Belo Horizonte, v.14, n.2, 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/download/2043/1357>. Acesso em: 14 jan. 2019.



Acessibilidade e os princípios do SUS